



# DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**  
OAB

## III – SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

### DIREITO ADMINISTRATIVO

#### PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Município Beta almejando a construção de um loteamento habitacional, divulgou o projeto com a localização da área a ser construída a fim de iniciar a pré-venda dos futuros apartamentos residenciais.

Adilson, eleitor e morador do Município, observando o projeto identificou que a área a ser construída corresponderia a um terreno onde localizava-se um dos maiores patrimônios históricos daquela localidade, com construções antigas que fizeram parte da história do Município.

Adilson, após vários requerimentos administrativos sem êxito, na intenção de proteger o patrimônio histórico do Município, interpôs Ação Popular com pedido liminar a fim de suspender a execução do projeto, fazendo prova de sua cidadania, buscando evitar a destruição dos imóveis e requerendo a intimação do Ministério Público.

O juízo fazendário da Comarca do Município Beta, recebeu a ação e indeferiu o pedido de tutela de Urgência sob argumento de que o Município poderia decidir dentro do juízo de conveniência e oportunidade a construção o loteamento no local de sua escolha, não sendo a proteção do patrimônio histórico objeto de Ação Popular, complementando que em relação ao Ministério Público não há necessidade de intimação nos autos.

Desta decisão foi interposto Agravo de Instrumento onde foi indeferido monocraticamente pelo desembargador relator limitando-se aos fundamentos do juízo de 1º grau.

Inconformado com a decisão do juízo, a Adilson procura você, para que na qualidade de advogado interponha o recurso cabível contra a decisão monocrática a fim de garantir a suspensão do projeto. (Valor: 5,00)

Obs.: A peça deve abranger todos os fundamentos de Direito que possam ser utilizados para dar respaldo à pretensão. A simples menção ou transcrição do dispositivo legal não pontua.

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

## QUESTÃO 01

Rafaela, naturalizada brasileira a mais de 15 anos, foi nomeada no Município X como auxiliar administrativo. No decorrer dos anos concluiu o curso de Pedagogia. Com a falta de professores no Município X, foi convidada a exercer o cargo de professor tendo em vista a existência de vagas e a remuneração mais vantajosa.

A) Tendo em vista que Rafaela é brasileira naturalizada é lícita sua ocupação em cargo público? (0,65)

B) É válida a transferência de Rafaela ao cargo de professora? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 02**

A Concessionária Tucanos, presta serviço público ao Estado X. Atualmente está em obra de asfaltamento de uma rodovia que liga o Município A ao Município B. Ao se aproximar da metade da obra, notou-se a necessidade de desapropriar parte de um lote rural, uma vez que não havia espaço para o projeto que determinava o início de uma terceira pista.

A) A Concessionária Tucanos pode promover desapropriações mesmo sem autorização expressa em lei ou contrato? (0,65)

B) Existe alguma disposição legal acerca da forma de pagamento da indenização pela desapropriação por interesse público? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

**QUESTÃO 03**

José, Governador do Estado X, ao finalizar uma grande obra de um centro cultural do Estado, decidiu como forma de marcar seu mandato nomear o local como Centro Cultural Governador José. Durante o andamento da obra, o governador foi investigado por dano ao erário causado sem intenção, cuja investigação ainda não foi concluída.

Diante do fato narrado, responda:

A) O Governador pode nomear a obra com seu nome próprio? (0,60)

B) No caso narrado, se investigação for concluída e for configurado dano ao erário o governador responderá por improbidade administrativa? (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## QUESTÃO 04

Ana Maria, servidora pública da União se envolveu em uma briga no seu local de trabalho e acabou agredindo na cabeça seu supervisor Francisco com um vaso de flores. Aberto um Processo Administrativo, respeitado o contraditório e ampla defesa foi decidido pela demissão da servidora.

Francisco, ainda inconformado com o acontecido, buscou representar em desfavor de Ana Maria na esfera criminal por lesão corporal grave, uma vez que em função da forte pancada, precisou de monitoramento médico pela formação de coágulos em seu crânio.

Diante das informações, responda:

A) Foi correta a penalidade de demissão aplicada a Ana Maria? (0,65)

B) A representação na esfera criminal, tendo em vista sua responsabilização na esfera administrativa é possível? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

**Igor Maciel e Felipe Duque**



@ProfIgorMaciel

@felipe\_duque